



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

PROJETO BÁSICO

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/RO
1.2. Departamento: Gerência de Administração e Finanças - GAF
1.3. Setor Requisitante: Núcleo de Logística - NLOG

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

- 2.1. Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de contratação, contendo os elementos necessários e suficientes e com nível de precisão adequados para caracterizar o objeto da contratação de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazos de execução.
- 2.2. Aplica-se a este procedimento o disposto na **Lei Federal 14.133/21** e demais disposições legais, no que couber, como condições iniciais para a contratação pela Administração Pública, para permitir, inclusive, a fiscalização da execução e o recebimento do objeto contratado.

3. DO OBJETO E OBJETIVO

3.1. Do Objeto

- 3.1.1. Constitui o objeto deste Projeto Básico, a contratação de empresa especializada nos serviços de **construção** para a **sede da 3ª Delegacia Regional da Receita Estadual - 3ª DRRE, em Vilhena**, com o fornecimento de materiais, visando atender as necessidades desta Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/RO.

3.1.2. Do Objetivo

- 3.1.3. A presente contratação tem por finalidade atender a necessidade de **Construção da 3ª Delegacia Regional da Receita Estadual - 3ª DRRE/SEFIN**, por meio de contratação semi-integrada com elaboração de projetos executivos, já que a sede atual apresenta inúmeros problemas estruturais, elétricos, estéticos e, até mesmo, materiais e de acessibilidade. Apresentando ainda idade aparente de 24 anos, conforme consta no Laudo de Avaliação de Imóveis (ID 0049356643), o imóvel funciona de forma precária, sendo necessária a adoção de inúmeras medidas paliativas ao longo dos anos, principalmente quanto a sua estrutura física e elétrica.

3.2. Das Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto

- 3.2.1. As pormenorizações dos itens deste Projeto Básico constam anexadas aos autos, distribuídos em:

ANEXOS	ID
Estudo Preliminar - Estudo de Solo - A1	0057339571
Estudo Preliminar - Levantamento Topográfico - A2	0057339617
Anotação de Responsabilidade Técnica - Topografia - A3	0057339665
Memorial Descritivo - Arquitetônico - B1	0057339724
Projeto Básico - Arquitetônico - B2	0057339753
Anotação de Responsabilidade Técnica - Arquitetônico - B3	0057339796
Memorial Descritivo - Estrutural - C1	0057339863
Projeto Básico - Estrutural - C2	0057339910
Anotação de Responsabilidade Técnica - Estrutural - C3	0057339960
Memorial Descritivo - Estrutura Metálica - C4	0057340014
Projeto Básico - Estrutura Metálica - C5	0057340056
Anotação de Responsabilidade Técnica - Estrutura Metálica - C6	0057340089
Memorial Descritivo - Hidrossanitário - D1	0057343147
Projeto Básico - Hidrossanitário - Instalações Hidráulicas - D2	0057343390

Projeto Básico - Hidrossanitário - Águas Pluviais - D3	0057343420
Projeto Básico - Hidrossanitário - Esgoto Sanitário - D4	0057343712
Anotação de Responsabilidade Técnica - Hidrossanitário - D5	0057343755
Memorial Descritivo - Elétrico - E1	0057343864
Projeto Básico - Elétrico - E2	0057344246
Anotação de Responsabilidade Técnica - Elétrico - E3	0057344331
Memorial Descritivo - Cabeamento Estruturado - E4	0057344400
Projeto Básico - Cabeamento Estruturado - E5	0057345472
Memorial Descritivo - SPDA - E6	0057345527
Projeto Básico - SPDA - E7	0057345579
Anotação de Responsabilidade Técnica - SPDA - E8	0057345611
Certificado de Aprovação e Anexos - F1	0057346051
Projeto Básico - PPCIP - F2	0057346126
Anotação de Responsabilidade Técnica - PPCIP - F3	0057346176
Memorial Descritivo - Climatização - G1	0057346438
Projeto Básico - Climatização - G2	0057346565
Anotação de Responsabilidade Técnica - Climatização - G3	0057346605
Orçamento Referencial - H1	0057346627
Cronograma Físico-Financeiro - H2	0057346692
Anexo Caderno Técnico de Especificações - H3	0058078465

3.3. Das Garantias do Serviço/Materiais

3.3.1. A garantia, quanto às qualidades específicas e aplicações dos materiais aplicados na execução dos serviços, obedecerá àquela estipulada pelos respectivos fabricantes, sem prejuízo das garantias e direitos legais constantes do **Código de Defesa do Consumidor - CDC**.

3.3.2. Nos Termos do **art. 618 do Código Civil (Lei nº 10.406/02)**, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o **prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo**.

3.3.3. Em conformidade com o disposto no §6º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o contratado permanecerá responsável, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos a contar do recebimento definitivo da obra, pela solidez e pela segurança dos materiais empregados, dos serviços prestados e pela funcionalidade da construção, reforma, recuperação ou ampliação do bem imóvel objeto deste instrumento. Durante esse período, a responsabilidade do contratado será objetiva, independentemente de comprovação de culpa, abrangendo a reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias, em caso de vícios, defeitos ou incorreções que venham a ser identificados, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

4. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

4.1. O Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

4.2. Assim, a equipe do Núcleo de Logística elaborou o Estudo Técnico Preliminar 3 (0059546522).

5. DO CATÁLOGO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - CATMAT E CATSER

5.1. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência constam no Catálogo de Materiais e Serviços – CATMAT e CATSER do Portal De Compras do Governo Federal, Conforme o Documento Sei nº 0054310228. Havendo eventual divergência entre o CATMAT e a descrição/especificação dos itens detalhados neste Termo de Referência, prevalecerão estas últimas.

6. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

6.1. Do Interesse Público na Despesa

6.1.1. Dentre as demasiadas justificativas para tal solicitação, destaca-se que, desde a incorporação do imóvel que hodiernamente é a sede da 3ª Delegacia Regional da Receita Estadual (3ª DRRE) — situado na Av. Luís Mazieiro, nº 4060, Bairro Jardim América — esse não foi contemplado com nenhuma reforma preventiva ou corretiva em sua estrutura, acarretando inúmeros problemas estruturais, elétricos, estéticos e, até mesmo, materiais e de acessibilidade. Apresentando ainda idade aparente de 24 anos, conforme consta no Laudo de Avaliação de Imóveis (ID 0049356643), o imóvel funciona de forma precária, sendo necessária a adoção de inúmeras medidas paliativas ao longo dos anos, principalmente quanto a sua estrutura física e elétrica.

6.1.2. Ademais, deve ser considerado ainda que houve a doação de um terreno localizado na Av. Luís Mazieiro, Quadra 97, Setor 05 — Bairro Jardim América, Vilhena -RO, registrado com a matrícula 33.943, do 1º ofício de registro de imóveis de Vilhena, conforme Autorização de Doação do Terreno (ID 0049356788) e Informação (ID 0049356793), para a construção da nova sede da 3ª DRRE, a qual deverá apresentar estrutura adequada para a labuta dos servidores e as necessidades da população, principalmente quanto as questões de acessibilidade e melhorias estruturais.

6.1.3. Outrossim, tendo a Secretaria de Estado de Finanças pujante importância na política econômica-tributária, regulamentação, fiscalização, controle da aplicação da legislação tributária, planejamento fiscal, arrecadação e fiscalização de tributos, bem como o fato da cidade de Vilhena ser uma cidade estratégica, principalmente para a fiscalização e arrecadação dos tributos estaduais.

6.1.4. Diante do exposto acima e visando sanar tal demanda, torna-se necessário a contratação de empresa especializada nos serviços de construção para a sede da 3ª Delegacia Regional da Receita Estadual - 3ª DRRE, em Vilhena, com o fornecimento de materiais, visando atender as necessidades desta Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/RO.

6.2. Das Quantidades

6.2.1. As quantidades estão conforme as necessidades e dimensões necessárias para a reforma, a qual, por sua vez, foram avaliadas pela equipe técnica de Arquitetura, Engenharia e Construção do Núcleo de Logística/GAF/SEFIN, composta pelos técnicos Arquitetos e Urbanistas, Fábio Rocha de Carvalho e Daniele Lazzari Becker, e Engenheiros Civis, Matheus Fontinele Vidigal, Leonam Vinhote Francisco, e Pietro Maria Silva Rossi chegando ao quantitativo atual de serviços, assim, resultando na quantidade demonstrada através do Orçamento Referencial - H1 (0057346627).

7. DA JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

7.1. Tendo em vista a Lei 14.133/21, onde em seu 28º artigo, trata sobre modalidades de licitação para obras e serviços de engenharia, foram avaliadas as seguintes opções:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

Definições (art. 6º. 14.133/2021):

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

a) menor preço;

b) melhor técnica ou conteúdo artístico;

c) técnica e preço;

d) maior retorno econômico;

e) maior desconto;

XXXIX - concurso: modalidade de licitação *para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico*, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor;

XL - leilão: modalidade de licitação *para alienação de bens imóveis ou de bens móveis* inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;

XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;

7.1.1. Após criteriosa análise do exposto, definiu-se que a **concorrência** é a modalidade cabível para a contratação de bens e serviços especiais, por se tratar de projetos de engenharia para construção, podendo ser empregado o uso de soluções técnicas pouco usuais no mercado.

7.2. Já no 46º artigo, que trata sobre os regimes de execução para obras e serviços de engenharia, foram avaliadas as seguintes opções:

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

- II - empreitada por preço global;
- III - empreitada integral;
- IV - contratação por tarefa;
- V - contratação integrada;
- VI - contratação semi-integrada;**
- VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

7.2.1. Considerando que a contratação semi-integrada é um regime de contratação de obras e serviços de engenharia onde o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, dessa forma, sendo definida como o regime de contratação mais viável, a **contratação semi-integrada** possibilitará maior celeridade aos procedimentos de contratação e execução da obra, gerando um único contrato para ambos.

7.2.2. Além de que, na nova Lei de Licitações, na contratação semi-integrada, se prevê a responsabilidade integral do contratado pelos riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto executivo, oferecendo maior segurança à contratante, quanto a execução do objeto. Sendo responsável por elaborar os projetos executivos, a contratada assumirá os riscos atrelados à execução da obra, não podendo alegar falhas nos projetos para modificar o contrato e ensejar aditivos.

7.2.3. Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

7.2.4. O regime de Contratação semi-integrada favorecerá a construção da nova sede para a 3ª Delegacia Regional da Receita Estadual - 3ª DRRE, considerando que possibilitará maior celeridade aos procedimentos de contratação e de execução da obra, à medida que o certame contemplará, conjuntamente, todas as parcelas da obra e dos serviços, gerando um único Contrato para todo o empreendimento. Além disso, considera-se que haverá maior agilidade no processo, já que os projetos executivos e a execução da obra poderão ocorrer simultaneamente, não necessitando da conclusão total dos projetos para início da obra.

7.2.5. O regime de contratação semi-integrada confere uma margem de autonomia mais abrangente à CONTRATADA, com relação à concepção dos serviços a serem prestados, na medida em que elaborarão os projetos e executarão as obras. Espera-se, diante desta premissa, a execução de diversas etapas do empreendimento concomitantemente. A adoção de tal procedimento permitirá a utilização otimizada de seus recursos de projeto e de campo, reduzindo seus custos e o tempo de execução do empreendimento.

8. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

8.1. Do Local e Forma de Entrega

8.1.1. Os serviços serão executados na Avenida Luís Mazieiro, número 4608, quadra 97, setor 05 - Bairro Jardim América, Vilhena/Rondônia.

8.1.2. Os serviços serão executados na forma dos documentos acostados nos autos, conforme item 3.2.1.

8.1.3. Os serviços deverão ser executados nos seguintes dias e horários: de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas. A execução em dias e horários extraordinários poderá ocorrer, desde que previamente autorizada pelos fiscais responsáveis.

8.2. Do Prazo

8.2.1. O prazo de vigência do **CONTRATO** para o objeto será de 18 (dezoito) meses, e deverá coincidir com o cronograma das obras somado ao prazo da execução do objeto. Caso o cronograma seja ajustado, o contrato será automaticamente prorrogado nos mesmos prazos.

8.2.2. O prazo de **EXECUÇÃO DO OBJETO** será de 14 (quatorze) meses, conforme o Cronograma Físico-Financeiro - H2 (ID 0057346692), devendo iniciar em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.

8.2.3. A Ordem de Serviço será emitida em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do contrato, devendo a ganhadora assinar o instrumento contratual em até 5 (cinco) dias úteis.

8.3. Das Condições de Recebimento de Bens de Consumo

8.3.1. Todos os trabalhos terão constante acompanhamento e fiscalização a SEFIN-RO, através de no mínimo 02 (dois) fiscais, devidamente designados para este fim, para constatar se os serviços estão conforme as necessidades e exigências contidas no Projeto Básico e Cronograma Físico-Financeiro.

8.3.2. O recebimento da contratação se dará da seguinte forma:

a) **Recebimento provisório:** art. 140, I, "a", da Lei 14.133/21), dar-se-á pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado (Termo de Recebimento Provisório), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos da comunicação escrita da disponibilização do objeto pela CONTRATADA.

b) **Recebimento definitivo:** (art. 140, I, "b", da Lei 14.133/21), dar-se-á por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (termo de recebimento provisório), no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do recebimento provisório dos objetos.

8.3.3. O objeto deste Projeto Básico poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

8.3.4. Se a CONTRATADA realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários no prazo estipulado, adequando o objeto aos termos pactuados, será recebido provisoriamente e, após constatar a conformidade em face dos termos pactuados, em definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos agentes acima mencionados.

8.3.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução, nos limites estabelecidos pela lei.

8.3.6. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos objetos.

8.3.7. Como condição para o recebimento definitivo, a contratada deverá apresentar o projeto Como Construído, documentação apta para emissão de Habite-se e/ou outro documento necessário para averbação da construção em cartório, e plano de manutenção e seu caderno de encargos de manutenções preventivas, corretivas e preditivas de todos materiais empregados na obra e de todas as instalações, máquinas e equipamentos que nela foram incorporados, com os devidos marcos temporais de cada manutenção a ser realizada, contendo a informação técnica dos materiais utilizados e sua vida útil, objetivando a sua regular manutenção, o correto acionamento da assistência técnica e da garantia pelo fabricante ou, da garantia, de responsabilidade da própria contratada, na forma do art. 618 do Código Civil.

9. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Somente poderão participar do processo licitatório, as empresas que atuam no ramo de atividade pertinente ao objeto do presente projeto básico, com o fornecimento de materiais - devendo ainda:

9.1.1. Serem pessoas jurídicas que tenham experiência no ramo e que disponham de profissionais com formação e experiência na atividade;

9.1.2. Atenderem a Resolução CAU/BR nº 193, de 24 de setembro de 2020, ou a Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, conforme o caso;

9.1.3. Os profissionais técnicos deverão possuir acervo técnico adequado e compatível com as qualificações técnicas que abrangem o Projeto Básico, devendo ser apresentadas conforme solicitado;

9.1.4. Declarar expressamente que dispõe ou disporá, quando da contratação, dos profissionais indicados para compor a equipe técnica que integram o quadro permanente do licitante quando da apresentação da proposta de preços.

9.2. Vistoria:

9.2.1. É imprescindível o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a avaliação prévia do local de execução, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, sob pena de inabilitação;

9.2.2. É recomendado a licitante vistoriar o local in loco antes da elaboração da proposta para conferir as medidas e condições para execução dos serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à SEFIN;

9.2.3. É recomendada a licitante verificar in loco se todas as condições atuais da obra correspondem ao prescrito pelo projeto, incluindo as condições de licenciamento, qualidade e quantidade do material de jazidas indicadas no projeto. A não impugnação desses itens no prazo editalício implicará aceitação tácita do licitante, pois ela pode ter que arcar com o custo do aumento da Distância Média de Transporte para busca do material por qualquer motivo;

9.2.4. A licitante deverá ter pleno conhecimento do projeto básico prescrito para execução da obra. O licitante suportará os encargos e custos decorrentes da alteração de prazo e das alterações e ou adequação no escopo do

projeto em pauta;

9.2.5. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta contratação;

9.2.6. Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Contratante na fase de execução da obra;

9.2.7. Caso a licitante não queira participar da visita, deverá apresentar em substituição ao atestado de visita, **declaração formal** assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local da obra, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

9.3. Condições de execução:

9.3.1. A empresa contratada deverá providenciar, sem ônus para a SEFIN, roupas adequadas aos serviços e outros dispositivos de segurança (EPIs) a seus empregados, adequados ao risco das atividades que estiverem sendo desenvolvidas, com Certificado de Aprovação, conforme estabelecido em normas vigentes, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho, bem como os equipamentos, máquinas e materiais deverão estar de acordo com a legislação de segurança vigente, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas normas vigentes;

9.3.2. Em caso do descumprimento das normas de segurança do trabalho, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no edital;

9.3.3. Os equipamentos sempre deverão apresentar boa qualidade, revisados e com manutenções preventivas em dia, de forma a zelar pela integridade dos mesmos e garantir a segurança dos operadores e funcionários que estejam trabalhando no local de utilização;

9.3.4. Todo e qualquer tipo de equipamento/máquina somente poderá ser manuseado/operado por profissional devidamente habilitado e capacitado para tal. Para isso, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar, a qualquer tempo, da CONTRATADA certificados que atestem a capacidade do operador para o equipamento em questão;

9.3.5. Em caso da não observância pela revisão e manutenção dos equipamentos e maquinários, inclusive em caso de operação destes por funcionário não habilitado e capacitado, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no contrato;

9.3.6. Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e, estarem de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO, com exceção de eventuais serviços de remanejamento onde estiver explícito o reaproveitamento;

9.3.7. A CONTRATADA deverá submeter à FISCALIZAÇÃO, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de executá-los. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação por escrito dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos.

9.4. Projeto executivo:

9.4.1. Os projetos executivos complementares e arquitetônicos deverão ser compatíveis com a ferramenta BIM (Building Information Modelling), tendo em vista o [DECRETO n.º 9.983, DE 22 DE AGOSTO DE 2019](#), onde se instituiu a Estratégia Nacional de Disseminação do **Building Information Modelling (BIM)**, traçando as diretrizes iniciais sobre a adoção do BIM em âmbito nacional.

9.4.2. Os projetos complementares deverão ser compatíveis com os softwares BIM da empresa AltoQI (Eberick e Builder), tendo em vista que este Núcleo de Logística já faz uso dos mesmos, conforme processo de aquisição SEI! 0030.000351/2024-49, podendo também serem apresentados no formato IFC. Já os projetos arquitetônicos deverão ser compatíveis com o software Revit.

9.4.3. A primeira entrega do projeto executivo deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço. A entrega final, por sua vez, ocorrerá após 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da finalização de todas as correções referentes aos apontamentos feitos na primeira entrega.

9.4.4. Podendo ser utilizado este prazo inicial de elaboração de projetos executivos concomitante a instalação do canteiro de obras e demais serviços pertinentes a fase dos serviços iniciais.

9.4.5. Os elementos técnicos necessários ao Projeto Executivo estão pormenorizadas no Anexo Caderno Técnico de Especificações - H3 (ID 0058078465).

9.4.6. Todos os projetos executivos incluirão peças gráficas, memoriais descritivos, memórias de cálculos e orçamento estimativo das obras. Obedecerão necessariamente às normas federais, estaduais, distritais e municipais direta e indiretamente aplicáveis à obra pública, além das normas técnicas específicas devidas. Sua elaboração será

responsabilidade dos profissionais legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

9.4.7. Os autores dos projetos executivos deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos, indicando o número de inscrição e de registro das Anotações de Responsabilidade Técnicas (ARTs/RRTs), de acordo com a legislação, cabendo ao coordenador do projeto a compatibilização dos projetos básicos antes da entrega à Contratante.

9.4.8. Os Projetos Executivos seguirão as normas da ABNT e do INMETRO, além das práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais da SEAP (Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio), normas e exigências das concessionárias de serviços públicos e do Corpo de Bombeiros, instruções e resoluções dos órgãos do sistema IPEM, CREA-CONFEA, CAU, IPHAN, além das entidades de proteção sanitária e do meio ambiente, caso necessário.

9.4.9. A aprovação dos serviços não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela correção de erros posteriores à aprovação, uma vez que a verificação em campo de itens escolhidos aleatoriamente não oferece segurança sobre a correção dos trabalhos.

10. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

10.1. Após o levantamento inicial, foi elevada à parte estratégica desta Secretaria, em reunião e através do Requerimento ao Fundat (ID 0049359145), a demanda, a qual, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento da Administração Tributária - FUNDAT, foi aprovada, conforme consta no Despacho aprovação Fundat (ID 0049359151).

10.2. Com relação ao Plano Anual de Contratações - PCA, o PCA da SEFIN/RO 2024/2025 ainda encontra-se em elaboração, conforme Portaria n.º 479 (0049379713), de 4 de junho de 2024, com previsão de finalização para outubro/2024.

11. DA PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

11.1. A Equipe de Planejamento da Contratação para o objeto desta licitação está designada em conformidade com a Portaria nº 401 de 16 de maio de 2024, publicada na edição nº 86 do Diário Oficial do Estado de Rondônia, de 10 de maio de 2024 (ID 0054270452).

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do processo correrão à conta do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**, conforme os seguintes:

12.2. Programa de trabalho: 140012.04.122.2139.1489 - Obras e Reformas nas Instalações da SEFIN

12.3. Elementos de Despesas: 44.90.51.08 - Construção inicial de Edifícios, Prédios e Cogêneres.

12.4. Fonte do Recurso: 1759008004 - Recursos Vinculados a Fundo

13. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

13.1. Os serviços executados pela contratada serão medidos periodicamente e pagos por **PREÇO GLOBAL**, conforme medições mensais, elaboradas pelos Fiscais de Contrato. Os serviços serão medidos e pagos mensalmente, caso tenham sido efetivamente executados/prestados até o momento do fechamento da medição, limitando-se o pagamento ao valor total proposto para o item.

13.2. A medição do Projeto Executivo estará condicionada à sua entrega pela CONTRATADA e aprovação pela NLOG/SEFIN, sendo obedecidos os prazos estabelecidos no CRONOGRAMA FÍSICO. A aprovação de cada produto referente ao projeto executivo estará sujeita à análise pela NLOG/SEFIN.

13.3. O pagamento será realizado somente sobre os serviços executados, ou seja, não será permitido pagamento de materiais e/ou equipamentos apenas adquiridos ou postos em obra sem a devida instalação.

13.4. As medições dos serviços serão baseadas em relatórios periódicos elaborados pelo contratado, onde constarão registrados os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados, devendo serem apresentados se solicitado pela fiscalização, versão editável para conferência e validação. A discriminação e quantificação dos serviços e obras consideradas na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas ao contrato.

13.5. A CONTRATADA deverá preencher um diário de obras com as informações dos serviços feitos/continuados no dia contendo fotos e registrando todas as atividades executadas naquele dia por todas as frentes de serviço, devendo ser enviado junto com as documentações de pagamento das medições.

13.6. O pagamento deverá ser efetuado, de forma parcelada, de acordo com a demanda de prestação de serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA.

13.7. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação, após a habilitação para pagamento, respeitada a ordem cronológica das

exigibilidades, depois da liquidação da despesa. Acompanhada da Nota Fiscal, a empresa CONTRATADA deverá apresentar as Certidões abaixo elencadas, válidas:

- a) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014);
- b) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011).

13.8. Para o pagamento da primeira medição, além dos documentos supracitados, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes complementos:

- a) Anotação de responsabilidade técnica da obra no CREA;
- b) Anotação de responsabilidade técnica de engenheiro/arquiteto da obra no CREA/CAU;
- c) Alvará de licença da prefeitura;
- d) PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho;
- e) PGR devidamente assinado pelo Engenheiro de Segurança ou Técnico de Segurança;
- f) Cópia da prestação de garantia da obra;
- g) CNO da obra.

13.9. Para o último pagamento, além dos documentos supracitados, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes complementos:

- a) "As built" de todos os projetos em arquivos IFC ou equivalente ao solicitado pela equipe técnica;
- b) Habite-se da edificação;
- c) Notas fiscais, certificados de garantia e documentos referentes a aquisição de equipamentos ou máquinas;
- d) Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás, quando cabível;
- e) Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- f) Manual de Uso, Operação e Manutenção da edificação, com todas as informações e orientações necessárias e cabíveis, devendo estar de acordo com a norma ABNT NBR 14037:2011 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações.

13.10. As Notas Fiscais/Faturas deverão conter a descrição e quantidade do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

13.11. A CONTRATADA deverá mencionar no corpo da Nota Fiscal o número do CNO - Cadastro Nacional de Obras.

13.12. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária - FUNDAT**, CNPJ: 23.929.840/0001-39, Endereço: Av. Farquar, 2986 – Complexo Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos, 5º andar, Bairro: Pedrinhas - Porto Velho/RO.

13.13. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento.

13.14. A SEFIN/RO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Projeto Básico.

13.15. A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

13.16. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times 365$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

13.17. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

13.18. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a **ADMINISTRAÇÃO**, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

13.19. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

13.20. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

13.21. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

13.22. A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

13.23. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

13.24. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

14.1. Não será admitido a subcontratação, cessão ou transferência total, ressalvado os casos de subcontratação parcial do objeto, não eximindo a contratada da responsabilidade total das obras.

14.2. Nos casos de subcontratação parcial, essas deverão ser previamente submetidas ao gestor do contrato, que será o responsável por aprovar cada caso, incumbindo a contratada de justificar a necessidade de tal subcontratação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da(s) subcontratada(s).

14.3. Na hipótese de subcontratações parciais, não ultrapassando o limite de **20% (vinte por cento) do valor de contrato**, sendo obrigatoriamente informado pela contratada e devidamente autorizada pela contratante. As quais apenas poderão ser celebradas com empresas aceitas, após apurar-lhes a Capacidade Jurídica, a Capacidade Técnica, a Idoneidade Financeira e a Regularidade Fiscal.

15. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

15.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/21, art. 15 e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios nas licitações por ela promovidas, fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

16. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE COOPERATIVAS

16.1. Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

17. DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS

17.1. Habilitação Jurídica

17.1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto;

17.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

17.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

17.1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

17.1.5. Considerando da Lei 14.133/2021:

“Art.64 . Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

17.2. Qualificação Técnica Operacional

17.2.1. A qualificação técnica será exigida em conformidade com a descrição abaixo:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

17.2.2. As empresas deverão apresentar **Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade** (percentual de 20% conforme tabela abaixo), **limitados a parcela de maior relevância e valor significativo**, não excluindo a comprovação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa, conforme quadro posterior.

17.2.3. Considera-se pertinente e compatível em características, o atestado que, em sua individualidade, ou a soma dos atestados, cuja prestação a que se referem, guardem relação de similaridade e equivalência, com os serviços respectivos de cada item deste Projeto Básico.

17.2.4. No que tange a quantidade (percentual de 20%), limitados a parcela de maior relevância e valor significativo, deverão ser considerados os seguintes objetos relacionados abaixo:

DESCRIÇÃO SERVIÇO	UND	QNT	QNT MÍNIMA SOLICITADA
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CLIMATIZAÇÃO TIPO VRF INVERTER	R\$	R\$ 716.361,64	20% = (R\$ 143.272,32)
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELE DE VIDRO REFLETIVO ESPELHADO	M²	196,43	20% = (39,28M²)

ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS	M ²	2.188,72	20% = (437,74M ²)
CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK= 25 MPA	M ³	28,50	20% = (5,70M ³)
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO	M ²	100,00	20% = (20M ²)

17.2.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

17.2.6. Ademais, as licitantes deverão apresentar ainda o registro de inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU da região a que estiverem vinculados, atendendo à Resolução CAU/BR nº 193, de 24 de setembro de 2020, ou a Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, conforme o caso.

17.3. Qualificação Técnica Profissional

17.3.1. Para atendimento à qualificação técnico-profissional a licitante deverá apresentar comprovação de que possui em seu corpo técnico permanente, ou contratação especial para realização do fornecimento, **na data prevista para entrega da proposta**, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, registrado no CAU/CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo Conselho, que comprove ter o profissional responsável pela execução do serviço para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, ou ainda, para empresa privada, sendo o serviço com características semelhantes aos supramencionados.

DESCRIÇÃO SERVIÇO	UND	QNT	QNT MÍNIMA SOLICITADA
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CLIMATIZAÇÃO TIPO VRF INVERTER	R\$	R\$ 716.361,64	20% = (R\$ 143.272,32)
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELE DE VIDRO REFLETIVO ESPELHADO	M ²	196,43	20% = (39,28M ²)
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS	M ²	2.188,72	20% = (437,74M ²)
CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK= 25 MPA	M ³	28,50	20% = (5,70M ³)
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO	M ²	100,00	20% = (20M ²)

17.3.2. Para efeitos de comprovação do profissional declaração expressa da licitante que dispõe ou disporá, quando da contratação, dos profissionais indicados para compor a Equipe Técnica, sendo estes integrantes do quadro de funcionários do licitante quando da apresentação da proposta de preços, entendendo-se como tal, para fins deste Projeto Básico:

- O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, com registro no CREA/CAU, em plena validade;
- O empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, com registro no CREA/CAU;
- O profissional que conste como responsável técnico da licitante da Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no CREA/CAU;
- O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, com registro no CREA/CAU, ou
- Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dos profissionais indicados para compor a Equipe Técnica da licitante, emitida pelo CREA/CAU da circunscrição do domicílio do profissional, constando atribuição compatível com a área de atuação da licitante, com validade da data de apresentação da proposta de preços.

17.3.3. A(s) empresa(s) fica(m) facultada(s) de realizar visitar técnicas, porém, deve(m) apresentar declaração assinada pelo Responsável Técnico e Representante da Empresa de que está ciente e tem conhecimento da área destinada à execução dos serviços, bem como das condições e do grau de dificuldade que estes possam oferecer, não se admitindo reclamações futuras advindas de dificuldades técnicas não detectadas para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação.

17.3.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

17.3.5. De maneira geral tais exigências justificam-se para verificação de aptidão da empresa para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, bem como da demonstração da experiência profissional estando de acordo com a súmula nº 263 do TCU, limitando-se a perfeita consecução do objeto deste certame, mantendo a isonomia e a equidade de competição entre

os licitantes. Em resumo, os itens escolhidos compõem o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se aqui da essência do objeto licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

17.4. Qualificação Econômico Financeira

17.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

17.4.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o Presidente possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando. (§4º. art. 69 Lei Federal 14.133/2021).

17.4.3. O patrimônio líquido garante o fluxo inicial de caixa para a execução das primeiras etapas da obra, enquanto os demais índices financeiros adotados demonstram o fluxo de caixa a longo prazo, garantindo que a empresa não se encontra com grau de endividamento elevado e possuirá recursos para conclusão da obra. De maneira geral tais exigências justificam-se para verificação de aptidão da empresa para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, bem como da demonstração de experiência profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico, estando de acordo com a súmula nº 263 do TCU e limitando-se a perfeita consecução do objeto deste certame, mantendo a isonomia e a equidade de competição entre os licitantes.

17.5. Regularidade Fiscal

17.5.1. Comprovar-se-á a regularidade fiscal, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.5.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta [nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

17.5.3. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

17.5.4. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

17.5.5. **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

17.5.6. **Consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP**, emitido pela Controladoria Geral do Estado;

17.5.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

17.6. Regularização Trabalhista

17.6.1. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito - CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

17.7. Declarações

17.7.1. Declaração que a empresa não emprega menor de 18 anos, conforme disposto no inciso 33 do art. 7º da Constituição Federal.

17.7.2. Declaração de Inexistência e Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação.

17.7.3. Declaração de que o Licitante tomou conhecimento do objeto deste Projeto Básico.

17.7.4. Declaração de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte - ME/EPP (nos casos que se enquadrarem).

17.7.5. Declaração de que essa futura contratada de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

17.8. Propostas de preços

17.9. A proposta de preços, que compreende a descrição dos serviços ofertados pela licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

17.9.1. Descrição dos serviços, observadas as mesmas especificações constantes do Edital, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados na Planilha Orçamentária.

17.9.2. A licitante não poderá cotar e colocar preços superiores aos estabelecidos pelo SINAPI/ NOVO SICRO, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total do serviço. Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.

17.9.3. Serão exigidas todas as composições de custos unitários. A licitante fica obrigado a seguir os parâmetros de composição do SINAPI/ NOVO SICRO.

17.9.4. O valor estimado para a contratação foi calculado considerando insumos nas peças orçamentárias pertencentes a base SINAPI, SEDECAP, SIURB, DER-ES e GOINFRA, sendo atribuídos, prioritariamente, ao Estado de Rondônia, e subsidiariamente, aos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Goiás, conforme valores referenciais, com data base de DEZEMBRO/2024. Bem como, atestamos sobre a realização de pesquisa de mercado, de acordo com as especificações constantes nos Projetos de Engenharia.

17.9.5. As empresas participantes deverão apresentar as propostas de preços com a composição do percentual de Benefício e Despesas Indiretas – BDI, incidente no valor global.

17.9.6. No orçamento de referência da SEFIN foram consideradas as seguintes taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI):

17.9.6.1. BDI GERAL: 27,80;

17.9.6.2. BDI Diferenciado : 16,65%.

17.9.7. Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI, não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário.

17.9.8. O orçamento de referência da SEFIN foi elaborado com as alíquotas de PIS e COFINS de 0,65% e 3,00%, respectivamente, admitindo-se o Regime Tributário do LUCRO PRESUMIDO.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Disponibilizar, a partir da assinatura do Contrato, um canal de comunicação com a Secretaria de Estado de Finanças (endereço, telefone, endereço de e-mail, fax e nome do responsável para contato), a fim de colher as diretrizes e informações relativas à execução do objeto;

18.2. Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo com expressa autorização da Secretaria de Estado de Finanças;

18.3. Garantir a melhor qualidade dos materiais/equipamentos, atendidas as especificações e normas técnicas de produção conforme o caso;

18.4. Reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais/equipamentos em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o vencimento do Contrato, sem qualquer ônus a Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela CONTRATADA, verbal e/ou escrito, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização sem qualquer acréscimo no preço contratado;

18.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da entrega do objeto, e sua posterior correção, caso seja necessário, inclusive as decorrentes de materiais/equipamentos com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o vencimento do Contrato;

18.6. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas para o fornecimento do objeto, sejam impostos, taxas, encargos fiscais e comerciais, contribuições previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente Termo sem qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Caso ocorra fato que impeça ou interfira no atendimento do prazo de entrega, comunicar imediatamente e de forma expressa, antes de terminado o prazo, as razões do atraso e o prazo previsto para a efetiva entrega, p/ análise da Contratante;

18.8. Indicar preposto da Contratada, visando eventuais contatos de serviço com Representante da Administração Pública, durante a entrega e período de validade dos materiais/equipamentos;

18.9. Prover o adequado transporte e manuseio dos materiais/equipamentos, observadas as normas vigentes de trânsito e de segurança do trabalho;

18.10. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como informações atualizadas quanto ao endereço, alteração de razão social e os contatos com a empresa;

18.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do **Art. 125 da Lei n.º 14.133, de 2021**;

18.12. Em se tornando necessária a reprogramação contratual para aditivo e/ou supressão de serviços, deve a CONTRATADA apresentar a solicitação de reprogramação contratual atendendo minimamente os requisitos abaixo elencados:

- Ofício de encaminhamento
- Relação de serviço que serão alterados, com os quantitativos aditivados e/ou suprimidos
- A justificativa para cada uma das alterações, seja aditivo ou suprimido
- Memória de cálculo das quantidades alteradas
- Resumo do valor de contrato após o aditivo
- Planilha orçamentária completa representando a situação contratada e a situação após aditivo, com memória de cálculo e composição de serviços novos
- Representação gráfica (projeto, croqui) do que se pretende alterar

18.13. Responder pelos vícios e defeitos dos serviços ofertados e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da realização dos serviços e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Contratante, na execução do contrato;

18.14. Responsabilizar-se pelos danos e despesas causados diretamente à Administração ou a terceiros, por seus empregados, representantes ou prepostos, tanto por ação quanto por omissão destes, em relação aos volumes transportados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, responsabilizando-se também, dessa forma, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

18.14.1. Providenciar a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto, no que for cabível:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás, quando cabível;
- c) carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- d) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

18.15. Disponibilizar, após a finalização dos serviços, Manual de Uso, Operação e Manutenção da edificação, com todas as informações e orientações necessárias e cabíveis, devendo estar de acordo com a norma ABNT NBR 14037:2011 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações.

18.16. Dispor de pessoal técnico qualificado e instrumentos/equipamentos para a execução dos serviços contratados;

18.17. Promover a prestação dos serviços no prazo, local e condições propostas na licitação e contrato, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

18.18. Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas no constante do Edital e seus anexos;

18.19. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

18.20. Responsabilizar-se por todas despesas diretas e indiretas relativas a salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços, objeto do contrato, ficando a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

18.21. Monitorar e controlar a geração de resíduos, aplicáveis ao objeto do contrato;

18.22. A água para as edificações do canteiro será suprida a partir da rede da concessionária local, cabendo à CONTRATADA execução de todas as instalações e ligações necessárias;

18.23. A energia elétrica será obtida a partir da rede da concessionária local, cabendo à CONTRATADA execução de todas as instalações e ligações necessárias;

18.24. A organização e gestão das cantinas, ou refeitórios, a administração interior do canteiro, e os alojamentos são também de responsabilidade da CONTRATADA;

18.25. A CONTRATADA deverá observar e atender as diretrizes para o Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil:

18.25.1. A contratada deverá estabelecer um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. Esse plano deve ser elaborado no início das obras e deverá ser mantido sempre atualizado, contemplando os diversos tipos de resíduos que são gerados ao decorrer das obras. O Plano de Gerenciamento de Resíduos deverá ter como intuito criar normativas quanto à classificação, triagem, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados pela contratada, contemplando, no mínimo:

- A caracterização dos resíduos gerados na obra, segundo a legislação vigente;
- Segregação correta dos resíduos, segundo classificações legais;
- Acondicionamento adequado dos resíduos, protegidos de intempéries e segundo especificações técnicas de cada material;
- Transporte externo, realizado por empresas devidamente autorizadas e capacitadas para realizar essa atividade;
- Alternativas para a destinação final de resíduos, através de empresas responsáveis e devidamente autorizadas, minimizando o impacto ambiental de forma a atender à legislação.

18.26. Remover entulhos, sobras de materiais não utilizados e fazer a limpeza completa após a finalização dos serviços, despejando-os em local permitido pelas autoridades competentes, sem ônus referentes a transportes ou encargos para a CONTRATANTE;

18.27. O dimensionamento das equipes e quantidades de equipamentos é de responsabilidade da contratada, o qual deve adotar números compatíveis para atendimento ao cronograma da obra e execução dos serviços dentro das boas técnicas de Engenharia e especificações técnicas e de projeto. Deve considerar, portanto, a produtividade de suas equipes próprias para que o cronograma estabelecido seja plenamente atendido;

18.28. Empregar, na prestação de serviços com fornecimento de mão de obra, pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de pena em regime semiaberto ou ainda egressas do sistema prisional, nas proposições definidas pela Lei Estadual nº 2.134, de 2009, conforme quantitativo de pessoal exigido para a execução do objeto;

18.29. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela construção, operação, manutenção e limpeza do Canteiro de Obras, bem como a segurança patrimonial dessas instalações e organização e manutenção do correspondente esquema de prevenção e combate a incêndios;

18.30. Comprovar, no ato de assinatura do contrato, a efetivação da contratação do percentual disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 2009;

18.31. Apresentar, mensalmente, ao juiz da execução, com cópia para o fiscal do contrato ou ao responsável indicado pela contratante, relação nominal dos empregados envolvidos na prestação dos serviços ou outro documento que comprove o cumprimento dos limites previstos no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 2009, indicando na relação os percentuais aplicados para cada tipo de trabalhador: se preso, em regime semiaberto, ou egresso;

18.32. Comunicar, em até 5 (cinco) dias, a demissão de trabalhador preso ou egresso ao fiscal do contrato ou responsável indicado pela contratante;

18.33. Providenciar a substituição de pessoa presa ou egressa do sistema prisional por outro trabalhador de mesma condição, em até 60 (sessenta) dias, nos casos de demissão ou outro fato gerador que impeça o comparecimento ao serviço, para fins de cumprimento dos limites previstos em contrato, conforme disponibilidade de mão de obra apta, indicada pelo órgão responsável pela execução penal no Estado;

18.34. Providenciar aos contratados nos termos da Lei nº 2.134, de 2009 e do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021:

- a) uniforme idêntico ao utilizado pelos demais contratados, sem singularização da condição de trabalhador preso ou egresso;
- b) equipamentos de proteção, caso a atividade exija;

c) remuneração, nos termos da legislação pertinente; e

d) percentual disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 2009;

18.35. Observar todo o disposto no Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021;

18.36. Obrigatoriedade de cumprimento de cotas de aprendizes, em decorrência das licitações que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 a 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e ou risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023. (Recomendação n. 6613.2023, de 31 de agosto de 2023 (Id. 0042166814), do Ministério Público do Trabalho)

18.37. Obrigatoriedade de cumprimento das cotas para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social e a observância das regras de acessibilidade, fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e adaptação razoável no ambiente de trabalho, que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados. (Recomendação n. 6613.2023, de 31 de agosto de 2023 (Id. 0042166814), do Ministério Público do Trabalho)

18.38. **A CONTRATANTE NÃO SE RESPONSABILIZARÁ** por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste Projeto Básico, **E NÃO ACEITARÁ**, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa vencedora para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

18.39. A ação ou omissão, total ou parcial, da Comissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Materiais Permanentes da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;

18.40. Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

18.41. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente;

18.42. Apresentar a Declaração de ME/EPP;

18.43. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital;

18.44. Apresentar a Declaração Independente de Proposta;

18.45. Apresentar a Declaração de Acessibilidade;

18.46. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem;

18.47. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Constituem obrigações da Secretaria de Estado de Finanças, ora Contratante:

19.1.1. Informar à contratada e oficiar a vara de execuções penais sobre quaisquer incidentes ou práticas de infração por parte dos prestadores de serviço de que tratam o Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021;

19.1.2. Aplicar as penalidades previstas nos casos em que for verificado o descumprimento ao Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021;

19.1.3. Receber e fiscalizar os serviços, verificando sua correspondência com as especificações prescritas no Projeto Básico e seus anexos, atestando sua conformidade;

19.1.4. Notificar, por escrito, a licitante vencedora, acerca de quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos serviços;

19.1.5. Rejeitar os serviços, caso estejam em desacordo com as especificações mínimas definidas no Projeto Básico;

19.1.6. Lavrar o Termo de Aceite Definitivo e atestar a Nota Fiscal correspondente, após o recebimento dos serviços.

19.2. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

19.2.1. A Secretaria de Estado de Finanças, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:

a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da empresa vencedora às dependências da Secretaria de Estado de Finanças;

b) Promover os pagamentos dentro dos prazos estipulados;

- c) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

20. DAS SANÇÕES

20.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

20.2. Se a empresa recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

20.3. A empresa que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de celebrar o contrato, não entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o contraditório e a ampla defesa, estará sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

20.4. A penalidade será registrada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, bem como no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAFI, conforme o § 5º do mesmo artigo, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas no Projeto Básico e das demais sanções cabíveis;

20.5. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

20.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

20.7. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a empresa se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente;

20.8. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo;

20.9. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

20.10. As sanções serão aplicadas **NO QUE COUBER**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a

terceiros;

20.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO SERVIÇO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05	0,32%
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	05	0,32%
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	04	0,16%
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	02	0,04%
5	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	01	0,02%
6	Suspender ou interromper, salvo por motivos de força maior ou caso fortuito, os postos de serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	05	0,32%
Para os itens a seguir, deixar de:			
7	Cumprir prazo previamente estabelecido com a FISCALIZAÇÃO para fornecimento de materiais ou execução de serviços; por unidade de tempo definida para determinar o atraso.	02	0,04%
8	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02	0,04%
9	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por unidade de tempo definida para determinar o atraso.	02	0,04%
10	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	01	0,02%
11	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por seus funcionários, caso seja em Veículos, ou qualquer equipamentos, etc.	01	0,02%

20.12. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis;

20.13. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

20.14. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

20.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de casos fortuitos ou força maior, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

20.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

20.17. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

20.18. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente:

20.18.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

20.18.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.18.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

21.1. Após a homologação da licitação e adjudicação de seu objeto, será produzida a respectiva Nota de Empenho, e, em seguida, formalizado o Termo de Contrato conforme a minuta anexa a este documento;

21.2. O prazo de vigência do contrato será de 18 (dezoito) meses, e deverá coincidir com o cronograma das obras. Caso o cronograma seja ajustado, o contrato será automaticamente prorrogado nos mesmos prazos;

- 21.3. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, que se dará por meio de correspondência eletrônica - e-mail, com confirmação do recebimento, para providenciar o cadastramento no sistema Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e assinar digitalmente o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Projeto Básico;
- 21.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste documento, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Projeto Básico;
- 21.5. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.
- 21.6. Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa vencedora do Certame deverá:
- a) Comprovar seu poder para assinatura de contratos em nome da empresa, através de documento legal;
 - b) Atualizar todos os documentos apresentados na proposta, se vencidos;
 - c) Prestar a garantia adicional quando for o caso;
 - d) Se necessário, apresentar o visto junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RO do Estado de Rondônia, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194, de 24/12/66, em consonância com a Resolução nº 336, de 27/10/89, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, quando a licitante vencedora for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no CREA de origem;
 - e) Prestar, declaração da empresa, indicando o(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela conformidade da obra com normas regulamentadoras de segurança do trabalho;
 - f) Para o início do respectivo trabalho, apresentar registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do respectivo profissional junto ao CREA/RO;
 - g) Apresentar à contratante, para efeito no disposto dos incisos III, IV e XI do caput do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/01/2012, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada;
 - h) Apresentar à contratante a Anotação e/ou Registro de Responsabilidade Técnica do responsável técnico (CREA/CAU) referente a elaboração de sua planilha orçamentária e seu cronograma proposto;
 - i) Apresentar matrícula CNO da obra.
- 21.7. Na hipótese da não assinatura do contrato, nos prazos e condições estabelecidos, poderá ser convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios, caso necessário, e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Projeto Básico e das demais cominações legais.
- 21.8. Observadas as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, a rescisão do contrato:
- a) Poderá ser declarada unilateralmente pela contratante, no caso de a Contratada deixar de executar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou havendo a incidência de algum dos casos previstos no **art. 137, I a IX da Lei nº 14.133/21**;
 - b) Será declarada unilateralmente pela contratante se, durante a vigência do contrato, a Contratada contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Governo, haja vista ser vedada, nesses casos, a manutenção, aditamento ou prorrogação contratual, conforme disposto no **art. 3º da Resolução n. 07/2005**, alterado pela **Resolução n. 09/2005**, ambas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, não implicando qualquer ônus para o Governo; e
 - c) Poderá ocorrer de forma consensual, por acordo entre as partes, conforme disposto no **art. 139, II, da Lei nº 14.133/21**.
- 21.9. A rescisão unilateral ou mediante acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e, em qualquer caso, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório;

21.10. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos **arts. 1º e 2º da Resolução n. 156 do CNJ**, de 8 de agosto de 2012;

21.11. No interesse da Secretaria de Estado de Finanças, o objeto desta licitação poderá ser acrescido até o limite de 50% (cinquenta por cento), bem como suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme disposto no **art. 125, da Lei nº 14.133/21**;

21.12. Na celebração de eventual termo aditivo que verse sobre valores do contrato, deverá ser respeitado o percentual de desconto apurado entre o valor global contratado e o valor total estimado no orçamento-base da licitação;

21.13. No acréscimo de serviços não previstos anteriormente no contrato, devem ser observados, nos limites de que trata o **art. 127, da Lei nº 14.133/21**, os valores discriminados na tabela de preços oficial utilizada à época da elaboração do orçamento-base da licitação;

21.14. É vedada a compensação de quantitativos de acréscimos e supressões, devendo as eventuais alterações de quantitativos fundamentadas no **art. 125, da Lei nº 14.133/21** considerarem os acréscimos e supressões de forma isolada, conforme o Acórdão nº 749/2010 – TCU – Plenário;

21.15. A prorrogação do contrato somente será efetivada após a comprovação da manutenção do número de pessoas presas ou egressas do sistema prisional, contratadas para prestação dos serviços.

22. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

22.1. O prazo de vigência contratual será de até 18 (dezoito) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 113 da Lei nº. 14.133/21.

22.2. **Durante a vigência contratual os preços serão fixos e irreajustáveis**, havendo prorrogação contratual, será permitido reajuste de preços da proposta pela Contratada, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados, cabendo análise e posterior aprovação da SEFIN.

23. DA GARANTIA DO CONTRATO

23.1. Empresa vencedora deverá, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, prestar garantia de 5% (cinco por cento) sobre o respectivo valor do contrato, em nome da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/RO, podendo optar por uma das seguintes modalidades prevista no art. 96, §1º da Lei nº 14.133/21:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia; e

III - Fiança bancária.

23.2. Se a opção de garantia se fizer na modalidade seguro-garantia, a apólice respectiva deverá ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, devendo a Contratada, apresentar o número com que a apólice ou o endosso tenha sido registrado na SUSEP.

23.3. Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, devendo ser cumprida a exequível na cidade de Porto Velho/RO.

23.4. A prestação da garantia na forma de caução em dinheiro, deverá ser recolhida por meio de "**DARE**" avulso, emitido a partir do site <https://dare.sefin.ro.gov.br/avulso> como Código de Receita "**7256 - CAUÇÕES CONTRATUAIS**", devendo conter o número do Processo Licitatório que originou o presente Certame.

23.5. Deixando, a garantia apresentada, conforme o caso, de ser hábil para o fim a que se destina, o Governo notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

23.6. Deixando a Contratada, de atender quaisquer dos prazos acima referidos, incorrerá na multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Governo, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, o Governo indicará novo prazo à Contratada, que deverá cumpri-lo, caso contrário sofrerá a penalidade acima referida.

23.7. Ocorrendo, por qualquer motivo, a alteração do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida pelo Governo.

23.8. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados ao Governo e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

23.9. Uma vez aplicada multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

24. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

24.1. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período inferior a um ano, contado da data do orçamento estimado, em DEZEMBRO de 2024, de acordo com o art. 2º, §1º da [Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001](#).

24.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de memorial do cálculo.

24.3. A periodicidade anual dos contratos será contada a partir da data limite para a apresentação do orçamento a que se referir.

24.4. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada conforme cronograma físico aprovado.

24.5. Depois de transcorrido um ano do termo inicial definido no item anterior, e desde que haja pedido da CONTRATADA, os preços contratuais serão reajustados de acordo com os índice setorial INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), conforme fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, respeitada a periodicidade mínima legal, mediante a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_0}{I_0} * V$$

onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato da obra ou serviço a ser reajustado;

I_0 = Índice de preço verificado no mês base do orçamento da administração/SEFIN; (DEZEMBRO/2024)

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento correspondente ao da data do adimplemento da obrigação.

24.6. Os serviços ou obras que forem entregues com atraso imputável à Contratada, não gerarão direito a reajuste ou atualização monetária.

24.7. A verificação da ocorrência de atraso será feita mediante comparação entre o valor acumulado executado e o valor acumulado previsto no cronograma vigente no início da execução dos serviços em análise, sendo considerado atraso sempre que o acumulado executado for inferior ao acumulado previsto;

24.8. Constatada a ocorrência de atraso a incidência de reajuste não ocorrerá sobre a parcela inadimplida, cabendo à fiscalização da obra a formalização da identificação da parcela em atraso para que quando executada receba exclusivamente o índice de reajuste vigente na data da previsão de execução, assim sendo, a aprovação de novo cronograma, reprogramação e/ou prorrogação não ensejará aumento de reajuste sobre a parcela atrasada.

24.9. No caso de atraso:

- a) Se os preços aumentarem, prevalecerão os índices vigentes nas datas previstas para a realização do fornecimento ou execução das obras ou serviços;
- b) Se os preços diminuírem, prevalecerão os índices vigentes nas data em que os fornecimentos, obras ou serviços forem realizados ou executados;
- c) Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- d) Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.
- e) Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.
- f) Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.
- g) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

h) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

i) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

24.10. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

24.11. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com a alínea b, inciso II, do Art. 124 Lei nº 14.133, de 2021.

24.12. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito, de acordo com art. 151 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024).

24.13. Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise, de acordo com Art. 153 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

24.14. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 163, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

24.15. O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

24.16. Da viabilidade do reajuste

24.16.1. Compete à fiscalização e à gestão do contrato a verificação da viabilidade do reajuste, mediante comparação entre os preços unitários reajustados e os preços de mercado.

25. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

25.1. A Secretaria de Estado de Finanças, conforme os termos do art. 117, da Lei nº. 14.133/21, designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

25.2. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21;

25.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

25.4. Considerando o nível de complexidade em torno da gestão do contrato e fiscalização de reformas e serviços de engenharia, bem como o grande volume de recursos que será empregado na obra, faz-se necessário, e, indispensável, que se institua para fins deste Projeto Básico, a figura do Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico com a finalidade de auxiliar o gestor, tendo as seguintes atribuições:

25.4.1. **Fiscal Administrativo:** servidor(a) com conhecimento na área administrativa, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Projeto Básico estritamente quanto aos aspectos administrativos da execução, limitados ao controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, trabalhista, comercial e contábil; e

25.4.2. **Fiscal Técnico:** servidor (a) com conhecimento na Área Técnica, Engenharia e/ou Arquitetura, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Projeto Básico nas questões estritamente técnicas, tais como: Compatibilidade entre Projetos e Planilhas e Memoriais Descritivos de Engenharia e de Arquitetura, acompanhamento da execução e cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro, a conformidade dos Projetos com as normas técnicas da ABNT, aderência às normas, e legislações Federal, Estadual e Municipal dentre outros aspectos da área Técnica, bem como no procedimento licitatório, fase interna e externa, para tanto, caso julgue necessário e pertinente, poderá

solicitar auxílio de outro Técnico deste Poder, e desde que devidamente justificado, solicitar ao Gestor do Contrato um profissional especializado do setor público ou da iniciativa privada.

25.4.3. Outrossim, a atuação dos fiscais e gestores deverá observar, no que couber, os dispositivos constantes dos **arts. 19 a 28 do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, que tratam das responsabilidades, formalidades e competências no processo de acompanhamento e fiscalização contratual, com vistas a garantir maior controle, rastreabilidade e eficiência na execução do contrato administrativo.

26. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

26.1. A estimativa de preços será oportunamente juntada aos autos pela **Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL**, em atendimento Portaria n.º238/2019/SUPEL-CI que regulamenta os procedimentos e diretrizes para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito da Superintendência de Licitações.

26.2. A fim de auxiliá-los, foi elaborado o Orçamento Referencial - H1 (0057346627).

27. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

27.1. Considerando com base na Estimativa de Despesa realizada pelo Núcleo de Logística - SEFIN/RO e, considerando-se a indivisibilidade dos itens a serem adquiridos, em função de sua quantidade, VERIFICA-SE a impossibilidade de reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) por item às Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, nos termos do Art. 4º da Lei 14.133/2021, haja vista que a contratação se dará por lote único.

28. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

28.1. O critério de julgamento das propostas adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, por tratar-se de contratação **SEMI-INTEGRADA**, permitindo assim a ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, haja vista que esta Secretaria visa a economia de escala, a praticidade, atratividade e racionalidade. O modo de disputa será aberto. A contratação se dará na modalidade licitatória **CONCORRÊNCIA**.

28.2. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciem no valor final da contratação, unidade, preços unitários, valor global da proposta, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, serviços, depreciação, frete, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer, bem como conter as informações pertinentes a assistência autorizada, conforme especificado neste instrumento.

28.3. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os objetos nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

28.4. As propostas deverão ter validade mínima de 90 (noventa) dias.

29. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

29.1. É de total responsabilidade da futura CONTRATADA, o cumprimento das normas ambientais vigentes para a contratação do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e à destinação de resíduos, devendo a mesma:

29.2. Tomar as devidas precauções para que, da consecução dos serviços, não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

29.3. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento;

29.4. Atender às diretrizes e aos objetivos dispostos nos Arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, especialmente no uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios.

29.5. Poderão ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com **Art. 45 da Lei 14133/21**:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística.

30. DA ANÁLISE DE RISCOS

30.1. A lei de licitações e contratos administrativos confere especial importância à etapa de planejamento das contratações públicas. Orienta o gestor sobre os itens que devem analisar para assegurar uma licitação robusta. Neles se destaca a chamada "análise de riscos", instrumento relevante da etapa instrutória do processo de licitação.

30.2. Assim, a Lei nº 14.133/2021 traz que:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual; (...)

30.3. A análise de riscos foi elaborada pela unidade solicitante, por meio do Mapa de Risco 7 (Matriz de Riscos) - Gestão do Contrato (0051663927).

31. DOS CASOS OMISSOS

31.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Projeto Básico e seus anexos, os chamados casos omissos, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, e, paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

31.2. Para mais informações Av. Farquar, nº 2986, Bairro: Pedrinhas, Palácio Rio Madeira/CPA, edifício Rio Pacaás Novos- 4º Andar, CEP: 76.801-478, Porto Velho- RO, horário de funcionamento 7:30 às 13:30. Telefone (69) 3211 - 6100 (ramal 1555).

32. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

32.1. A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira, devendo permitir que a entidade competente do Governo de Rondônia inspecione suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos ao contrato. Para isso, a Contratada deverá:

32.1.1. Manter todos os documentos e registros referentes ao Contrato por um período de três (3) anos após a conclusão dos fornecimentos contemplados no respectivo contrato;

32.1.2. Entregar todo documento necessário para a investigação de alegações de fraude ou corrupção e colocar os funcionários ou agentes que tenham conhecimento do Contrato à disposição para responder a indagações provenientes do pessoal ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado para a revisão ou auditoria dos documentos. Caso a Contratada não cumpra a exigência ou de qualquer maneira crie obstáculos para a revisão do assunto por parte do Órgão Competente, a contratante, inteiramente a sua discrição, poderá tomar medidas apropriadas contra ela;

32.1.3. Se, de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um funcionário da Contratada, ou quem atue em seu lugar, incorreu em práticas corruptas, a Administração poderá declarar a contratada e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas inelegíveis, temporária ou permanentemente, para participar de futuras licitações ou contratos.

33. DA PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES

33.1. O Contratante e Contratada devem estar cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei 13.709/2018, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

34. DOS DIREITOS AUTORAIS

34.1. Os direitos autorais das soluções apresentadas nos projetos elaborados, suas especificações técnicas, toda documentação produzida e todos os demais produtos gerados na execução do contrato, são de propriedade desta SEFIN. Fica proibida a sua utilização pela CONTRATADA, sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

34.2. Devendo ainda ser assinado por ambas as partes o Termo de Cessão de Direitos Patrimoniais dos projetos executivos e memoriais descritivos para a construção para a sede da 3ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA ESTADUAL — 3ª DRRE, EM VILHENA, conforme modelo ANEXO IV - TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS.

35. DAS CONDIÇÕES GERAIS

35.1. Este Projeto Básico foi elaborado com base no projeto básico que foi analisado e aprovado pela equipe técnica da NLOG/SEFIN, estando adequado às normas e legislações pertinentes.

35.2. Declaramos que as informações constantes deste documento foram elaboradas por este Núcleo de Logística da Secretaria de Estado de Finanças.

35.3. A CONTRATADA se compromete a cumprir a execução do Contrato de acordo com as normas mais elevadas de competência e integridade ética e profissional.

35.4. O cancelamento da Nota de Empenho poderá ter lugar, de pleno direito se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação; ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

35.5. Não constituirão faltas contratuais os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no Art. 393 do Código Civil, desde que oportunamente comunicados e comprovados. Ocorrida tal hipótese, conceder-se-á à parte inadimplente, prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação.

35.6. Para mais informações: Av. Farquar, nº 2986, Bairro: Pedrinhas, Palácio Rio Madeira/CPA, edifício Rio Pacaás Novos- 4º Andar, CEP: 76.801-478, Porto Velho- RO, horário de funcionamento 7:30 às 13:30. Telefone (69) 3211 - 6100, ramal 1509 e/ou 1551.

36. DO FORO

36.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta aquisição.

36.2. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual 4.007 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.

37. DOS ANEXOS

37.1. ANEXO I - DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

37.2. ANEXO II - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA E FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

37.3. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA.

37.4. ANEXO IV - TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS.

37.5. ANEXO V - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS.

37.6. ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO.

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaboração:

FABRÍCIO PEREIRA DA SILVA

Assessor do Núcleo de Logística

SEFIN-RO

LEONAM VINHOTE FRANCISCO

Orçamentista - Engenheiro Civil do Núcleo de Logística - NLOG/SEFIN

CREA - 15888D RO

DANIELE LAZZARI BECKER

Arquiteto e Urbanista do Núcleo de Logística - NLOG/SEFIN

CAU - A151931-0

FÁBIO ROCHA DE CARVALHO

Especificações Técnicas - Arquiteto e Urbanista do Núcleo de Logística - NLOG/SEFIN

CAU - 51503-5

Revisão/Conhecimento:

PIETRO MARIA SILVA ROSSI

Engenheiro Civil | Chefe do Núcleo de Logística - NLOG/SEFIN

CREA - 13123/D-RO

LIDIANE ALEXANDRA GRANO

ATRE | Chefe do Núcleo de Compras

SEFIN-RO

Aprovação:

ERNANI MARQUES DE ALMEIDA

AFTE | Gerente de Administração e Finanças - GAF

SEFIN-RO

FRANCO MAEGAKI ONO

Secretário Adjunto de Estado de Finanças

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Cidade de Origem, ____ de _____ de 2025.

(Assinatura do Representante Legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA E FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

A empresa _____, CNPJ/MF nº _____, por seu Representante Legal Abaixo Assinado, declara sob as penas da Lei, que até a presente data não existe fato superveniente impeditivo de sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade de Origem, _____, de _____ de 2025.

(Assinatura do Representante Legal)

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada no _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, firmado abaixo, declara sob as penas da lei que está ciente e concorda com as condições contidas no Projeto Básico e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Projeto Básico.

Cidade de Origem, _____, de _____ de 2025.

(Assinatura do Representante Legal)

ANEXO IV

MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS DOS PROJETOS EXECUTIVOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS PARA A CONSTRUÇÃO PARA A SEDE DA 3ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA ESTADUAL — 3ª DRRE, EM VILHENA.

A Secretaria de Estado de Finanças, com sede [endereço completo], inscrita no CNPJ/MF sob o número [CNPJ], neste ato denominada **DONATÁRIA**, representada pelo Sr. Secretário, Senhor _____, designado pela Portaria nº [número da portaria], publicada no DIOF de [data de publicação do DIOF], inscrito no CPF nº [número do CPF], e, do outro lado, a empresa [nome da contratada] inscrita no CNPJ/MF sob o nº [número do CNPJ], sediada [endereço completo da contratada] doravante designada **DOADOR**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) [nome do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [número do RG], CPF nº [número do CPF], resolvem celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS**, referentes aos projetos executivos e memoriais descritivos oriundos do Contrato nº [número do contrato], decorrente do processo administrativo nº 0030.006022/2024-10, de acordo com o artigo 30, da Lei nº 14.133, de 2021, e Lei nº 9.610, de 1998, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem por objeto a CESSÃO dos direitos patrimoniais dos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos para a construção para a sede da 3ª Delegacia Regional da Receita Estadual — 3ª DRRE, em Vilhena, representados por peças gráficas e arquivos digitais, em conformidade com artigo 30, da Lei nº 14.133, de 2021, e dos artigos 29, I, II e III, 49, 50 e 51 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, pelo período de 10 (dez) anos.

2. DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

2.1 Os direitos patrimoniais dos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos para a construção para a sede da 3ª Delegacia Regional da Receita Estadual – 3ª DRRE, em Vilhena, possuem anotação de responsabilidade técnica (ART's) ou registro de responsabilidade técnica (RRT's) e seus respectivos técnicos responsáveis, conforme abaixo elencados:

2.1.1 Arquiteto [nome do profissional] – ART/RRT [número(s) da(s) ART(s)/RRT(s)]

2.1.2 Engenheiro Civil [nome do profissional] – ART/RRT [número(s) da(s) ART(s)/RRT(s)]

2.1.3 [Profissional] [nome do profissional] – ART/RRT [número(s) da(s) ART(s)/RRT(s)]

3. DA UTILIZAÇÃO DA CESSÃO

3.1 A presente cessão autoriza Secretaria de Finanças do estado de Rondônia, parte do instrumento contratual celebrado com a empresa [razão social da empresa], a utilizar e alterar, conforme a necessidade, os projetos elaborados e entregues pela empresa, em especial nas seguintes modalidades de utilização:

- Reprodução parcial ou integral;
- Edição;
- Distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;
- Utilização, total ou parcial, direta ou indireta, dos projetos básicos e executivos nos processos licitatórios por parte da Secretaria de Finanças do estado de Rondônia, em qualquer parte do território nacional.
- Inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, microfilmagem e demais formas de arquivamento do gênero.

3.2 Qualquer edição que altere as condições originais de qualquer dos projetos implica na anulação da responsabilidade técnica do profissional sobre o mesmo, exigindo assim que o profissional que o alterou ou editou providencie o registro da ART/RRT no Conselho Regional competente.

4. DA VIGÊNCIA

4.1 Este contrato vigorará a partir da data do registro da ART ou RRT do profissional que elaborou o projeto no Conselho Regional competente.

5. DOS CUSTOS

5.1 Em conformidade com o Edital Concorrência nº. [número e ano da licitação] e o Contrato nº [número contrato], ambos da [nome da contratante], não haverá qualquer ônus para a Secretaria de Finanças do estado de Rondônia algum no que tange à cessão de direitos patrimoniais considerando que a remuneração pela prestação dos serviços será paga pela Contratada ao profissional.

5.2 Assinam o presente Termo, as partes acima qualificadas para os devidos efeitos legais.

[Cidade], [dia] de [mês] de [ano].

Pela **DONATÁRIA**:

[Nome, CPF e assinatura do Secretário]

Pelos **DOADORES**:

[incluir todos os profissionais listados no item 2] [Nome, CPF e assinatura dos profissionais]

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

Nome da Empresa:	
CNPJ:	
Nº Contrato de Prestação Serviço:	
Data de Vigência do Contrato:	
Finalidade do Contrato (objeto):	
Declaro para os devidos fins que o(s) empregado(s) desta empresa designados para o exercício de atividades profissionais na forma do contrato nº XX, comprometem-se a observar ao Código de Conduta Ética dos Servidores da Secretaria de Estado de Finanças.	

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO PARA A SEDE DA 3ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA ESTADUAL - 3ª DRRE, EM VILHENA, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN/RO

Minuta de Contrato

* MODELO DE DOCUMENTO

CONTRATO Nº/NLOG/SEFIN-2025

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da (ÓRGÃO CONTRATANTE), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (00.000.000/0000-00), com sede na Rua Farquar, nº 2986, Complexo Rio Madeira, Bairro Pedrinhas, nesta cidade de Porto Velho-RO, representada pelo (CARGO DO REPRESENTANTE), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE DO ÓRGÃO), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000-00).

CONTRATADA: A empresa **XXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, com sede na Rua XXX, nº XXX, Bairro XXX, CEP nº XXX, cidade de XXX, aqui representada pelo Sr. **XXX**, portador da carteira de identidade RG nº XXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada através do documento acostado (id.).

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, contrato para prestação de serviços de engenharia, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, pelo regime de **contratação semi-integrada** (Art. 46, VI, Lei nº 14.133/2021), licitado através da modalidade **CONCORRÊNCIA** (Art. 28, II, Lei nº 14.331/2021), vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº 0030.006022/2024-10 e à proposta da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO/DAS QUANTIDADES/DAS VINCULAÇÃO

Do objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada nos serviços de **construção** para a **sede da 3ª Delegacia Regional da Receita Estadual - 3ª DRRE, em Vilhena**, com o fornecimento de materiais, visando atender as necessidades desta Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/RO, nas condições estabelecidas no Projeto Básico (id.0059546363), Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

Das Quantidades: As quantidades do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 3.2 do projeto básico e seus anexos.

Da vinculação: Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Projeto Básico (id. 0059546363), o disposto no Edital de Pregão Eletrônico n.º XXX (XXX), a proposta da Contratada (XXX) e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito nesta cláusula.

2. DOS PRODUTOS A SEREM CONTRATADOS

Os produtos a serem contratados serão aqueles estabelecidos no item 3. do projeto básico e seus anexos.

3. DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO/RESULTADOS ESPERADOS

A metodologia de execução e resultados esperados do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 7. do projeto básico e seus anexos.

4. DAS ATIVIDADES

As atividades do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 08 do projeto básico e seus anexos.

5. DOS PRAZOS/FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO

Os prazos, forma da prestação dos serviços e recebimento serão aqueles estabelecidos no item 8 do projeto básico e seus anexos.

6. DO RECEBIMENTO

As condições de recebimento do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 8 do projeto básico e seus anexos.

7. DO VALOR

O valor total desta contratação é de R\$ XXX, correspondente à declaração de adequação financeira (XXX), a servir de lastro para efetuar o pagamento do objeto descrito na cláusula primeira.

Nos preços propostos estão inclusos fretes, carga, descarga e demais custos diretos e/ou indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, tributos, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciário a que estiver sujeita a Contratada.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a aquisição dos bens/materiais de que trata o objeto deste Contrato sairão do seguinte crédito orçamentário: Cód. U. O.: XXX - Programa de Trabalho: XXX - Fonte de Recursos: XXX – Natureza de Despesa: XXX, conforme consta na Declaração de Adequação financeira (id. XXX).

9. DA GESTÃO DO CONTRATO

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, o modelo de gestão do contrato será aquele estabelecido no Projeto Básico.

10. DO PAGAMENTO

As formas e condições de pagamento estão descrito no item 13 do projeto básico e seus anexos e a nota fiscal deverá ser emitida em nome da Contratante já qualificada no preâmbulo deste contrato.

11. DOS REAJUSTES, CORREÇÕES MONETÁRIAS E ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

Além das disposições contidas na Lei n. 14.133/21 e Decreto n. 28.874/24, aplica-se as condições de reajuste e correções monetárias estabelecidas no item 24 do projeto básico e seus anexos.

O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

Apresentado no prazo estipulado no item acima, os efeitos financeiros retroagirão à data-base prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

Caso o pedido seja feito fora do prazo, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros.

Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

A decisão sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação, este que deverá estar acompanhado de todos os documentos exigidos pelo Decreto n. 28.874/24.

No que diz respeito a eventuais acréscimo e supressões ao contrato, aplica-se o disposto no art. 124 e seguintes, da Lei n. 14.133/21.

12. DA RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO

A rescisão antecipada do objeto deste contrato será aquela estabelecida no item 21.8 do projeto básico e seus anexos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem os do projeto básico e seus anexos.

A contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

O contratado obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

Em conformidade com o disposto no §6º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, a contratada permanecerá responsável, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos a contar do recebimento definitivo da obra, admitida a previsão de prazo de garantia superior, se estabelecido no edital ou neste contrato, pela solidez e pela segurança dos materiais empregados, dos serviços prestados e pela funcionalidade da construção, reforma, recuperação ou ampliação do bem imóvel objeto deste instrumento. Durante esse período, a responsabilidade da contratada será objetiva, independentemente de comprovação de culpa, abrangendo a reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias, em caso de vícios, defeitos ou incorreções que venham a ser identificados, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem os dispostos no item 19.2 do projeto básico e seus anexos.

15. DA GESTÃO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO

Os critérios de gestão contratual e fiscalização do presente contrato serão aqueles estabelecidos no item 25. do projeto básico.

16. DA MATRIZ DE RISCO

A matriz de risco é aquela constante na Análise de Riscos - MATRIZ DE RISCO id. 0051663927, a qual é parte integrante do Projeto Básico, conforme disposto em seu item 30.3.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no item 20 do projeto básico e seus anexos.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação do presente contrato está descrito no item 14. do projeto básico e seus anexos.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

A Contratada deve fornecer garantia na forma disciplinada no item 23. do projeto básico e seus anexos.

20. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência contratual será de 18 (dezoito) meses.

O prazo de vigência do CONTRATO para o objeto será de 18 (dezoito) meses, e deverá coincidir com o cronograma das obras somado ao prazo da execução do objeto. Caso o cronograma seja ajustado, o contrato será automaticamente prorrogado nos mesmos prazos.

O prazo de EXECUÇÃO DO OBJETO será de 14 (quatorze) meses, conforme o Cronograma Físico-Financeiro - H2 (ID 0057346692), devendo iniciar em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.

A Ordem de Serviço será emitida em até 10 (dez) dias da assinatura do contrato, devendo a ganhadora assinar o instrumento contratual em até 5 (cinco) dias úteis.

o de vigência contratual estabelecido para os serviços poderá ser prorrogado, , em conformidade com o disposto no Art. 106, da Lei nº. 14.133/2021 a abrangência de no máximo 50% do prazo de execução da obra. Considerando o prazo de execução de **12 (doze) meses**, o prazo máximo de vigência contratual será de **18 (dezoito) meses**.

21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os critérios de sustentabilidade do presente contrato serão aqueles estabelecidos no item 29. do projeto básico e seus anexos.

22. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

23. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

24. DOS CASOS OMISSOS

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

25. DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à Contratante, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

26. DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

27. DAS ASSINATURAS, DATA DE CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, será assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria-Geral do Estado.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Alexandra Grano, Chefe de Unidade**, em 19/05/2025, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ernani Marques de Almeida, Gerente**, em 19/05/2025, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **PIETRO MARIA SILVA ROSSI, Chefe de Unidade**, em 19/05/2025, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonam Francisco, Assessor(a)**, em 20/05/2025, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Rocha de Carvalho, Assessor(a)**, em 20/05/2025, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Pereira da Silva, Assessor(a)**, em 20/05/2025, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Lazzari Becker, Assessor(a)**, em 20/05/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Franco Maegaki Ono, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 20/05/2025, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059546363** e o código CRC **F9DDF239**.